

A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS SÉRIES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rozenita Iraci Pereira¹

Cláudia Maria Borba de Paula²

Claudemir Maria Borba de Oliveira³

Geilza Rosa de Oliveira⁴

Rejane Josefa de Santana⁵

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO

As avaliações externas é uma prática permanente na educação brasileira que reflete sobre o hábito docente diante da sistematização das avaliações externas. Esta pesquisa objetiva compreender as implicações da avaliação externa sob a prática pedagógica dos docentes do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de ensino do município de Cumaru-PE. Esta pesquisa estabelece conexões entre as avaliações externas e a prática docente, mostrando como esses dois aspectos finaliza, com foco nos resultados das avaliações que propõe aprimorar o ensino básico no Brasil. A fim de mostrar a realidade estudada. A metodologia aplicada é bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa. Constatou-se que os resultados das avaliações externas são analisados pelos gestores e docentes, para rever as práticas pedagógicas conforme os resultados promovendo um ambiente colaborativo e reflexivo, fundamentando melhoras nas decisões pedagógicas de forma contínua, diante das necessidades de aprendizagens dos alunos. Essa comunicação amplia a liderança pedagógica e o suporte aos docentes, colaborando para uma cultura escolar orientada para a melhoria da aprendizagem. Contudo, o estudo mostra que a formação em avaliação educacional precisa ser mais integrada à política, pois o uso excessivo de simulados requer cautela para evitar o esvaziamento do currículo.

Palavras-chave: Avaliação externa, Prática pedagógica, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A busca pela melhoria nos índices dos resultados das avaliações em nosso país

¹ Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, rozenita2012@hotmail.com;

² Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, claudiaborba575@gmail.com;

³ Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, claudemirmaria1969@gmail.com;

⁴ Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, ogeilza29@gmail.com;

⁵ Doutoranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, rejanasantanta@gmail.com

⁶ Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



tem estado em pauta nas discussões e debates no campo educacional, tanto no âmbito das políticas quanto nas pesquisas acadêmicas. Nas últimas décadas, o fato de muitas crianças chegarem ao final do 5º ano do Ensino Fundamental sem terem se apropriado de habilidades básicas à sua alfabetização constitui um permanente desafio às autoridades governamentais, científicas e também aos profissionais da educação.

Diante do exposto muitas estratégias têm sido desenvolvidas pelos governos, principalmente na esfera federal, para tentar solucionar o problema, pois a partir de estudos e pesquisas realizados nos campos da aprendizagem tem sido construída uma nova concepção de alfabetização que aponta a necessidade dos professores repensarem suas práticas pedagógicas, consideradas tradicionais na alfabetização.

Segundo Luckesi (2005) as avaliações são ações desenvolvidas em políticas educacionais nos níveis nacional, estadual e municipal com o objetivo de diagnosticar a aprendizagem de alunos de escolas públicas, objetivando produzir dados que possam fundamentar a tomada de decisões para a melhoria da qualidade desse processo.

A formação de professores, a distribuição de material didático, a mobilização de ações de gestão nas redes escolares, são políticas que têm contribuído para o resultado das avaliações internas e externas, com a justificativa de melhorar a qualidade da educação pública através do monitoramento do aprendizado dos alunos por meio da observação de seu desempenho em testes padronizados de leitura e de escrita.

É importante destacar que quando se fala de avaliação externa como política pública, compreende-se as políticas públicas como “[...] um dos principais instrumentos de integração do Estado com governos e sociedade; ações do poder público na sociedade (Campos, 2021, p. 21). Para a autora as políticas públicas são modos como o Estado implementa projetos de governo, através de “ações voltadas para setores específicos da sociedade”, assim, as políticas públicas refletem “os conflitos de interesses, as tensões, os arranjos nas esferas de poder que perpassam as instituições e a Sociedade como um todo” (Campos, 2021, p. 22).

Desta forma, mesmo afirmando uma finalidade de melhoria de vida para sociedade e para educação, reconhecer as reformas ou mudanças no campo da educação que têm sido influenciadas por ideias neoliberais do mundo capitalista atual têm marcado toda a organização de nossa sociedade com a defesa da isenção do Estado de algumas obrigações e responsabilidades, repassando-as para a sociedade, desconsiderando as enormes desigualdades de nosso país em que grande parte da população não tem as condições de acessar serviços necessários à sua vida, ou seja, seus direitos humanos,



É possível ver, em algumas políticas, que a escola destinada às camadas mais pobres da população é considerada como espaço de formação para o trabalho conforme a necessidade do capitalismo em sua fase contemporânea, assim as avaliações externas enquanto políticas públicas podem representar formas de controle e de orientação dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de acordo com as finalidades de grupos que assumem o poder nas diferentes esferas da sociedade.

As avaliações externas têm focado nas aprendizagens dos alunos, produzindo informações sobre suas aprendizagens específicas nesse processo, daí surge os questionamos em relação às repercussões que as avaliações externas têm tido nas práticas de professores, no planejamento, no desenvolvimento dos currículos vividos nas escolas.

Dessa forma o interesse por esta pesquisa partiu da necessidade de averiguar se os resultados apresentados das avaliações externas condizem com a aprendizagem dos alunos quando uma boa quantidade de alunos chegam nas turmas do 5º ano sem estar alfabetizados, diante desse fato como as práticas pedagógicas podem contribuir para alfabetizar e letrar os alunos nesse contexto escolar. Contudo, o desejo de pesquisar sobre o tema ficou mais evidente após nos últimos anos o índice dos resultados do município pesquisado ter alcançado o terceiro lugar a nível de alfabetização no estado de Pernambuco e 2º lugar na GRE.

Outro ponto de partida para esta pesquisa foram as mudanças no campo educacional atual, ao reconhecer que o docente vem sendo responsabilizado pelos resultados produzidos pelas avaliações externas e que estes passam a ser considerados como expressão da qualidade da educação ofertada.



METODOLOGIA

Uma vez que o objetivo da pesquisa foi compreender as implicações da avaliação externa sob a prática pedagógica dos docentes do 5º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais de uma escola da rede municipal de ensino do município de Cumaru-PE, optou-se pela abordagem qualitativa, pois apresenta os resultados da maneira como foi compreendido o tema abordado.

Os procedimentos principais utilizados foram pesquisa bibliográfica, análise de documentos e entrevistas. Gil (2002, p. 44) diz que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa foi conduzida por meio da coleta de dados qualitativos, com ênfase em questionários, aplicados aos sujeitos da pesquisa. O lócus desta pesquisa foi realizado em uma escola pública da rede municipal localizada em uma cidade do agreste pernambucano. A metodologia escolhida visou compreender os fenômenos educacionais de forma profunda e abrangente, permitindo uma visão integral sobre as práticas pedagógicas diante dos resultados das avaliações externas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliação e Prática Pedagógica

Os saberes docentes são adquiridos através da formação acadêmica, da experiência profissional e de vida. Natal (2019, p. 28) diz que “O saber docente se forma na congruência entre a teoria e a prática, e o trabalho docente acaba por se concretizar nessa “práxis” educativa, em um movimento constante de ação-reflexão-ação que produz o ensinar”. De acordo com a autora a partir da vivência do professor suas ações docentes vão se modificando.

Diante disso, entende-se que as ações do professor na sala de aula decorrem desses conhecimentos apropriados por ele e que, por sua vez, incidem sobre as suas práticas pedagógicas. De acordo com os estudiosos, a prática pedagógica pode levar a uma reflexão do que se está aprendendo ou apenas a uma memorização de conteúdo pelo



indivíduo. Schmidt e Carvalho (2009) explicam que a prática pedagógica tem relação com o teórico-prática, desse modo a teoria e a prática são inseparáveis, mas pode acontecer uma separação por um processo de abstração. Quando isso ocorre, há uma fragmentação do conhecimento, dificultando a introdução do novo conhecimento.

Já as práticas de avaliação estão presentes no nosso cotidiano, em diversas situações de vida, mas, no campo da educação, quando se fala de avaliar, logo vem a lembrança das avaliações escolares, das provas, das notas, das classificações. Ao longo dos anos, diferentes conceitos foram sendo construídos em torno da ideia de avaliação.

Segundo Dos Santos, "no ambiente escolar, o ato avaliativo foi criado como uma tentativa de determinar se os objetivos foram alcançados ou não pelos alunos" Dos Santos (2000). Essa perspectiva foi aceita e ainda é assumida pelas instituições escolares, mas a avaliação não é uma prática única. No campo educacional, é composta por processos que estão ligados e que compõem a prática educativa de forma ampla, direcionados a avaliar o ensino-aprendizagem (Luz, 2021).

Diante do exposto, podemos compreender que a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo que deve acontecer em diferentes momentos do ensino e aprendizagem, em diferentes unidades letivas, semestre, bimestre, mês, unidade didática, sendo da responsabilidade do professor, em articulação com os objetivos, conteúdos e metodologias definidos para cada ano ou unidade e com os alunos em suas singularidades, com seus percursos e ritmos heterogêneos. Sua aplicação pode ocorrer no início, durante e no final de uma aula ou unidade didática.

Ao planejar e executar uma avaliação de aprendizagem, o professor deve considerar o processo de ensino de forma integral que vai além de conceder notas, pois avaliar vai além de aplicar testes e atribuir notas ou conceitos com base no desempenho dos alunos em apenas uma situação avaliativa.

Luckesi (2011) afirma que a avaliação da aprendizagem é um recurso pedagógico à disposição do professor, que serve para auxiliar o aluno na busca do seu aprendizado. Essa avaliação subsidia o educador em sua atividade de ensino, permitindo conhecer como está o seu trabalho, e quando necessário, pode auxiliar na correção dos caminhos e, consequentemente, os resultados.

Diferente da avaliação da aprendizagem que é de responsabilidade direta do professor, outro tipo de avaliação tem sido realizado com frequência nas escolas, por parte de órgãos externos à escola, a avaliação externa.

A avaliação externa foi criada com a implementação de políticas públicas de



avaliação e a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Esse tipo de avaliação visa obter um panorama da realidade educacional, para reorientar as políticas públicas educacionais com intenção de aprimorar a qualidade da educação (Luz, 2021).

Então, para realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de outros fatores que podem influenciar a performance do estudante, o SAEB possui várias avaliações externas que visam colaborar para a qualidade de ensino (Cardoso, 2019).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (INEP, 2024), o SAEB é:

[...] um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências (INEP, 2024).

Apesar dos documentos oficiais alegarem que a criação da avaliação externa tem o objetivo de medir a qualidade da educação e contribuir para direcionar as políticas públicas, alguns autores discordam das reais intenções dessas avaliações.

Desse modo, o sistema de avaliação serve para medir a qualidade dos recursos financeiros investidos na educação, transformando em um aparelho de controle para justificar o direcionamento das verbas orçamentárias. Assim, esse processo foi marcado por críticas e questionamentos das políticas sociais, por seus investimentos serem excessivamente altos em relação à qualidade dos serviços oferecidos (Machado; Pereira, 2020 apud Vieira, 2022).

Entende-se que a avaliação foi criada para analisar os desempenhos dos alunos e com os resultados é possível justificar e direcionar as políticas públicas. No entanto, a sua implantação foi influenciada pelo capitalismo e dessa maneira direcionam práticas tecnicistas no processo de ensino e aprendizagem, distanciando de uma verdadeira busca da qualidade educacional.

Sousa ressalta que:

Ao publicar os resultados, o Estado quer demonstrar que é uma gestão



moderna e age com transparência. Contudo, quando acontece essa divulgação deixa de se responsabilizar por eles, repassando-os para os atores escolares e essa responsabilização acaba interferindo na sala de aula, tanto na formação do professor como na gestão escolar, causando pressão para os professores prepararem os alunos para esses testes, além das escolas priorizarem os conteúdos e disciplinas cobrados nessas provas. Assim, deixam de lado assuntos importantes para a formação (Sousa, 2020).

As avaliações externas, por seus objetivos diferentes e por seu caráter de imposição às instituições escolares e às redes de ensino, podem chegar a interferir no cotidiano escolar pois, como vimos, as escolas – os gestores e professores – podem ser levados a se comprometer com a preparação dos alunos para as situações de avaliações externas, deixando de realizar um trabalho mais comprometido com o avanço real das turmas e até mesmo com a avaliação de aprendizagem.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

De acordo com o INEP (2024), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 com o objetivo de reunir, em um único indicador, os resultados da qualidade da educação usando dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Através dos dados de aprovação escolar e as médias de desempenho do aluno no SAEB é calculado o IDEB.

Segundo o INEP (2024) com esses dois fluxos é possível saber se os sistemas estão retendo os alunos para melhorar os seus índices ou aprovando os alunos sem que tenham alcançado as aprendizagens consideradas necessárias. Esse índice vai de 0 a 10 e os resultados são facilmente compreendidos, de modo que facilitam a elaboração de metas para os sistemas de ensino alcançarem a qualidade da educação. Por mostrar a necessidade de melhoria no sistema, esse índice é uma ferramenta importante para as políticas públicas que buscam a qualidade na educação.

O resultado da avaliação acontece pelos testes realizados pelos alunos de Leitura e de Matemática. O desempenho de uma escola ou uma rede de ensino é determinado pela média obtida nos resultados das avaliações e do aproveitamento dos alunos. Para calcular o aproveitamento dos alunos são calculadas três categorias: aprovados quando atingiu a quantidade de desempenho e/ou frequência estabelecidos na legislação; reprovados quando não conseguiu a quantidade de desempenho e/ou frequência estabelecidos na legislação e abandono quando deixaram de frequentar a escola e tiveram a matrícula cancelada (Soares; Xavier, 2013).



Melo (2018) afirma que o IDEB é utilizado como parâmetro da proficiência e do fluxo escolar, através dele se conhecem as escolas e redes de ensino que estão com baixo desempenho, como também é possível acompanhar os desempenhos dos alunos nas próximas provas. Para a autora, o IDEB, como política de Estado estimula, assim, comportamentos para a gestão “de resultados”, deixando de lado os processos pedagógicos na sala de aula, de modo que todas as ações são voltadas para alcançar as metas estabelecidas.

A autora citada também critica que a criação do índice ampliou a visão de responsabilização da qualidade de educação para as escolas, gestores e redes de ensino. Além de ser um novo mecanismo de controle por parte do Estado, que detém o poder na centralidade das informações, como forma de controle e regulação para manter o padrão de qualidade referenciado pelo IDEB. Dessa maneira, a escola necessita atender os critérios de eficiência, voltados a atender à dimensão econômica dos processos sociais (Melo, 2018).

Segundo Souza (2020) a partir da divulgação dos resultados, que não ficam restritos ao ambiente escolar, dissemina essa concepção de qualidade da educação para a sociedade, reforçando que só importa a qualidade que pode ser medida e comprovada, ou seja, o desempenho do aluno nas avaliações externas. Contudo, esse resultado é apenas um recorte reduzido da realidade escolar, as dimensões do processo educacional são complexas e não são todas incluídas nessas avaliações. Para o autor citado, o IDEB leva em consideração apenas o fluxo escolar e a média de desempenho nos testes. Assim, é questionável apenas seu uso como indicador de qualidade e também a forma como as instituições agem para atingir resultados, por meio de treinar ou a aprovar os alunos para obter um aumento no IDEB, sem que de fato impacte na qualidade da educação.

Diante disso, compreendemos que o IDEB é dado, tanto pela nota da avaliação externa como pela aprovação e retenção dos alunos. Entretanto, as críticas apontadas por pesquisadores é que a qualidade da educação, não deveria se limitar apenas a esses dois fatores, nota e retenção e que as práticas pedagógicas podem estar sendo mobilizadas para promoverem resultados e não para promoverem aprendizagens dos alunos, o que nos leva a discutir em que consiste a prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos questionários apontam-se os seguintes resultados analisados na



tabela a seguir.

Tabela 01 – Como você avalia o aprendizado de seu aluno?

PROFESSORES	RESPOSTAS
P1	Através das atividades em sala de aula, não levo muito em consideração as atividades de casa.
P2	Faço avaliação diariamente, olho o caderno, menino que não faz atividade, eu boto observação, as avaliações contínuas como as de aprendizagem, primeiro faço uma prova, só a título mesmo para verificar o que de fato aprenderam naquele bimestre e tem o relatório
P3	Eu acho que todo mundo vai responder isso: diariamente. Minha avaliação é diária, continuamente, o aluno está sendo avaliado, não só provas, mas participação, comportamento, enfim, a avaliação é bastante flexível também.

Fonte, elaborada pelas autoras, 2025.

A professora 1, apesar de dizer que leva em consideração as atividades realizadas na sala de aula, deixou entendido que também avaliava a aprendizagem diariamente. Entende-se que a avaliação deve ser contínua, conforme Libaneo (1994, p. 203) diz que “a avaliação escolar é um processo contínuo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho”.

A Professora 2, ao mencionar que olha o caderno, “menino que não faz atividade...”, dá pistas do que é avaliado se a criança fez, ou não, a atividade e não o que de fato aprendeu. E, mais adiante, ao destacar “a que faz uma prova, só a título mesmo verificar o que de fato aprenderam naquele bimestre”, dá indícios de que a avaliação não tem a finalidade de servir ao ensino, como mobilizador de novas ações para fazer os alunos avançarem, mas de constatação e para registro e, ainda, a cada dois meses.

A Professora 3 diz que avalia os alunos diariamente, e acrescenta que não só faz a prova, mas sua avaliação é contínua.

Partindo para o próximo questionamento obtivemos os seguintes resultados como aponta a tabela a seguir:

Tabela 02 - Os resultados das avaliações externas refletem a realidade da aprendizagem do aluno da escola?



PROFESSORES	RESPOSTAS
P1	Não, muitas vezes até surpreende, o resultado é bem melhor, por exemplo, tem aluno que eu percebo que eu não tive como aplicar individualmente, a gente lê e faz para todo mundo, a gente vai e espera, orienta, tem aluno que a gente via que não sabia, acertou no chute, que olhou para o do colega e tem alunos que realmente sabem, mas estão muito dispersos, aí se perdem e marcam um errado, então eu acho assim, nem sempre condiz com a realidade.
P2	Não muito, pois muitas vezes os alunos se saem bem nas avaliações externas e nas internas não, então há uma divergência aí.
P3	Não, Muitas vezes temos que parar os conteúdos programático para fazer uma revisão com os alunos conforme as avaliações externas, tipo um treino para que os mesmos se saiam bem.

Fonte, elaborada pelas autoras, 2025.

Para os entrevistados os resultados das avaliações externas não mostram a realidade do aprendizado dos alunos, pois muitas vezes os alunos que sabem as vezes não se saem bem já aqueles que sabe nem sempre se saem bem, pois às vezes o aluno acertou a questão por acaso ou vendo a resposta do outro aluno e respondeu do mesmo jeito.

Desse modo, concordamos com Delfino dos Santos et al (2020), quando afirmam que:

Os resultados coletados nos exames retratam apenas um momento estático, sem proporcionar uma leitura mais aprofundada sobre o que as crianças e seus professores vivenciam dia a dia no complexo universo que é a sala de aula. As aprendizagens cotidianas, ou mesmo as circunstâncias em que tais aprendizagens se dão, são negligenciadas nos resultados (Delfino dos Santos et al, 2020, p. 31).

É difícil apenas um instrumento avaliativo conseguir dar conta de um processo tão complexo, além de não levar em consideração a realidade do contexto ao qual o aluno está inserido. Portanto, os resultados das avaliações externas não são tão fidedignos para mostrar reais aprendizagens dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como as avaliações externas repercutem nas



práticas pedagógicas dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando o foco do trabalho, especialmente nos três primeiros anos, segundo as DCNEB, é a alfabetização.

Mediante a análise dos dados percebe-se que os resultados das avaliações externas não condizem com a aprendizagem dos alunos onde alguns alunos que demonstram ter assimilado o conhecimento muitas vezes nas avaliações não se saem bem nos resultados e outros que demonstram ter dificuldades em assimilar os conteúdos programáticos se saem bem nos resultados .

Os entrevistados apontam que as avaliações externas podem contribuir para sua prática pedagógica se elas forem antecedidas e seguidas de processos de retomada, de discussão, de formação para que seus procedimentos e resultados sejam compreendidos.

Desse modo, os resultados produzidos podem se tornar fundamentais para as políticas públicas, como também podem servir para que diretores, coordenadores e professores possam traçar um diagnóstico e desenvolver metas para a resolução de problemas de desempenho dos estudantes, o estudo mostra que a formação em avaliação educacional precisa ser mais integrada à política, pois o uso excessivo de simulados requer cautela para evitar o esvaziamento do currículo

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Gabriela Cedalia. A organização do trabalho pedagógico: avaliações externas no bloco de alfabetização' 16/11/2019 187 f. **mestrado profissional em políticas públicas e gestão educacional instituição de ensino: universidade federal de santa maria, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSM**

DELFINO DOS SANTOS, C.. DE CASSIA PINHEIRO LIMA, J., ROSA LOPES SOARES, J. & DOS SANTOS BARROS, G. (2020). **Avaliação da aprendizagem: Entre conceitos e relevância pedagógica. Revista Prisma, 1(1), 24-40.** Recuperado de <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/11>

DOS SANTOS, Caroline Delfino et al. **Avaliação da aprendizagem. Revista Prisma**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. IDEB -**Apresentação SAEB**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>. Acesso em: 26/08/2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 263 p.



LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2002.

_____, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011. 272 p.

Luz, Regina Celia da. **A avaliação externa em larga escala e as repercussões no cotidiano escolar**. 2021.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados**. *Revista@mbienteeducação*, v. 5, n. 1, p. 70-82, 2012.

MELO, Viviane Pereira da Silva. **Avaliação Em Larga Escala: Repercussões Do IDEB Na Visão Dos Diretores De Escolas Da Rede Estadual De Goiás**. 2018. MINAYO, Maria;

NATAL, Loryza Rodrigues Barbosa de Barros. **Práticas Educativas Em Alfabetização E Letramento No 1º. E 2º. Anos Do Ensino Fundamental**. 2019.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **IDEB's educacional tenets and statistics**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, set. 2013.

SOUZA, T. T. S. **Avaliação externa e qualidade da educação básica: concepções e práticas em disputa**. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

